

L I R A N E T O

GETÚLIO

1945 - 1954

*Da volta pela consagração
popular ao suicídio*



COMPANHIA DAS LETRAS

Sumário

1. “Talvez só com meu sacrifício eu consiga libertar-me das mesquinhas”, escreveu Getúlio em São Borja (1945)
2. “Se for jornalista, mando enforcar”, dizia Getúlio, a propósito dos aviões que desciam em Santos Reis (1945)
3. Getúlio detona uma “bomba atômica”.
Candidatura do brigadeiro vive seus dias de Hiroshima (1945)
4. “Estarei vivo ou morto para a vida pública do meu país?”, indagava-se Getúlio (1946)
5. Provocado, o senador Getúlio Vargas rompe o silêncio — e desafia os adversários para uma briga de rua (1946)
6. Um místico envia a Alzira supostas mensagens do Além: “Getúlio será arrasado e só depois levado de volta ao poder” (1946-7)
7. Ministro da Guerra denuncia complô de sargentos para depor Dutra e recolocar Getúlio no Catete (1947)
8. Getúlio e Prestes sobem juntos no mesmo palanque. Comício termina com bombas e pancadaria (1947-8)
9. O repórter Samuel Wainer entrevista Getúlio: “Não sou oportunista; sou homem de oportunidades” (1949)
10. Candidatura de Getúlio é lançada por Ademar de Barros. “Não gostei e não estou entendendo coisa alguma”, diz Alzira (1950)

11. O novo governo se depara com o primeiro desafio: convencer os Estados Unidos de que o ovo nasceu antes da galinha (1951)
12. Surge um jornal para defender Getúlio.
Mas a economia patina – e a oposição corteja os quartéis (1951-2)
13. O presidente leva um tombo no palácio.
De perna e braço quebrados, cai em depressão (1953)
14. “Por acaso eu sou um leproso?”, indagou Perón,
após Getúlio recusar os convites para encontrá-lo (1953)
15. Coronéis lançam um manifesto contra o governo
e deputados votam o impeachment de Getúlio (1954)
16. “Estes tiros me atingiram pelas costas”, diz Getúlio,
ao saber do atentado a Carlos Lacerda (1954)
17. As Forças Armadas exigem a renúncia do presidente.
“Só morto sairei do Catete”, responde Getúlio (1954)
18. “Se algum sangue for derramado, será de um homem
cansado e enojado de tudo isso” (24 de agosto de 1954)

Epílogo

“Saio da vida para entrar na história”

Este livro

Fontes

Notas

Caderno de fotos

Crédito das imagens

Sobre o autor

Créditos

17. As forças armadas exigem a renúncia do presidente. “Só morto sairei do Catete”, responde Getúlio (1954)

Era uma sexta-feira, 13, do mês de agosto. Quando Getúlio desceu do avião presidencial no Aeroporto Santos Dumont, vindo de Belo Horizonte, Tancredo Neves o aguardava na área de desembarque.¹ A crise se agravara de modo considerável. O tal Alcino, que a polícia procurava para os lados de Caxias como um dos possíveis implicados no atentado a Carlos Lacerda, fora preso durante a madrugada. Na verdade, ele morava em São João do Meriti, à rua Gil de Queiroz, numa modesta casinha de meia-água, de apenas três cômodos, poucos móveis e um fogão a querosene.²

Na primeira ida ao lugar, os investigadores não o encontraram. Provavelmente, ao constatar o escândalo em torno do caso e ver o retrato de Climério nos jornais, ele tratara de desaparecer. Quando lhe indagaram onde estaria Alcino, a esposa, Abigail, chegou a dizer que não conhecia ninguém com esse nome. Foi então levada para prestar depoimento na Base Aérea do Galeão – local que passou a servir de sede ao IPM recém-instaurado. Pouco a pouco, a mulher começou a ceder. Pediu que não a separassem dos filhos e, enfim, resolveu admitir que o marido trabalhava para Climério Euribes.³

Ao vasculharem a casa, os policiais e oficiais da Aeronáutica já haviam descoberto uma pista quente. Entre recibos de aluguel, uma caderneta da Caixa Econômica e outros documentos pessoais, encontraram um cartão de visitas de um estúdio fotográfico, o Foto Levi, localizado em Rocha Miranda, subúrbio do Rio. Num canto do cartão, na perpendicular, havia uma anotação à caneta, em que se lia um nome próprio e um número de telefone: “Climério – 29-7615”.⁴

Enquanto Abigail continuava detida, a casa ficou sob campana. Um policial

permaneceu escondido lá dentro, na expectativa de que Alcino retornasse para apanhar algo que houvesse deixado para trás ou, quem sabe, para buscar a própria família. Por volta das cinco horas da madrugada, ele apareceu. Foi imediatamente rendido e levado ao Galeão.⁵

Depois de várias horas de interrogatório, Alcino João do Nascimento acabou por assumir a autoria do crime. Confessou ter atirado contra o major Rubens Vaz. O verdadeiro alvo, como já se imaginava, seria outro. Ele confirmou ter sido contratado para eliminar o jornalista Carlos Lacerda.

Cerca de vinte anos mais tarde, Alcino garantiria haver confessado sob tortura. Negaria, até a morte, ter trabalhado como pistoleiro profissional. Seria somente um informante, um “secreta”, designado para seguir os passos de Lacerda e, depois, relatar a Climério onde e com quem o jornalista estivera. O objetivo, nesse caso, seria devassar a vida do dono da *Tribuna da Imprensa*, a fim de elaborar um dossiê detalhado o suficiente para fazê-lo calar nas críticas ao presidente. Segundo sua versão, ele recebera, pelo trabalho, uma carteira de investigador policial e um ordenado fixo. Estivera na rua Tonelero, na madrugada fatídica de 5 de agosto, cumprindo apenas esse tipo de tarefa. Aproximara-se do carro do major Rubens Vaz para anotar a placa e tentar identificar o motorista. Mas, em certo momento, fora visto pelo oficial, que desconfiou de suas intenções e tentou agarrá-lo. Seguiu-se uma luta corporal e, enquanto os dois se engalinhavam, alguém disparara duas vezes em direção ao lugar onde estavam. Um dos balaços teria atingido Vaz pelas costas, ao mesmo tempo que, para se desvencilhar do oponente, Alcino sacara o próprio revólver e dera um tiro no peito do major. Depois disso, correria para não ser atingido pelas balas que continuavam vindo em sua direção.⁶

Se a história contada mais de duas décadas depois do crime fosse de fato verdadeira, restariam algumas perguntas a serem feitas. De onde teriam partido os alegados dois primeiros disparos, quando Alcino se batia, corpo a corpo, com Rubens Vaz? Estaria presente à cena outro atirador, jamais identificado? Ou seriam aqueles os próprios tiros que Lacerda disse ter efetuado para revidar a agressão? O jornalista, inadvertidamente, apertara o gatilho enquanto os dois homens ainda se digladiavam? Sendo assim, o projétil que acertara o major pelas costas poderia ter partido da arma do próprio Lacerda? E por que o jornalista, que de início defendera a hipótese de serem três os pistoleiros – afirmando que as balas partiam de várias

direções –, passou a aceitar a tese do atirador único após a prisão de Alcino?⁷

Armando Falcão, ao recordar os episódios daquela noite em seu livro de memórias – *Tudo a declarar*, publicado em 1989 –, relatou uma circunstância que não veio à tona à época do crime. Falcão encontrou Carlos Lacerda já no Miguel Couto, com o pé enfaixado, e em seguida o levou de volta para casa em um táxi. No meio do caminho, o jornalista teria explodido, em um surto de consciência. “Acho que vou enlouquecer! Foi uma enorme desgraça o que acaba de acontecer. Penso que fui eu quem matou o Vaz”, teria dito Lacerda. “Dei uns tiros a esmo, já sem óculos, e tenho a impressão de que ele estava na minha frente. Que horror! Que tragédia, meu Deus!”⁸

A perícia e a autópsia indicaram que Rubens Vaz foi morto por munição de calibre 45. As balas eram tarjadas de verde, correspondentes a um tipo de revólver de uso privativo das forças armadas – o arsenal também utilizado pela guarda da presidência da República. Como Carlos Lacerda afirmou ter atirado com um 38 cano curto, ficava em tese eliminada a hipótese de ele ter acertado o major acidentalmente. Sabendo disso, Armando Falcão o tranquilizou.⁹

O único senão na história é que Lacerda, conforme sempre admitiu, não apresentou a própria arma à polícia. Quando o delegado de Copacabana pediu que a entregasse, recusou-se a fazê-lo. “Para que o senhor quer meu revólver, agora, já?”, questionou, insinuando que talvez desejassem incriminá-lo. “Eu não lhe entrego o revólver, pois já percebi aonde o senhor quer chegar.”¹⁰ A tal arma nunca foi periciada, deixando a questão em aberto.

Seja como for, o fato é que, sob tortura ou não, após ser preso naquele 13 de agosto de 1954, Alcino assumiu a versão que passaria à posteridade como a história oficial: Climério o contratara, por intermédio de José Antônio Soares, para cometer um crime de pistolagem contra Carlos Lacerda. Quando os interrogadores quiseram saber quem seria o mandante final do atentado, Alcino respondeu que Soares e Climério nunca tinham deixado isso claro, embora houvessem falado alguma coisa a respeito, por alto:

“Pelo que me disseram, era coisa do dr. Lutero”, contou ele, no Galeão.¹¹

Quando estavam no bairro de Rocha Miranda para concluir as diligências, os investigadores da Aeronáutica notaram que bem em frente ao endereço do Foto Levi – rua Topázios, 123, conforme indicado no cartão encontrado na casa de

Alcino – funcionava um comitê eleitoral do deputado Lutero Vargas.¹² Se não era uma prova conclusiva contra o filho do presidente, tratava-se de um indício bastante comprometedor.

Como havia muita gente presente à área de desembarque do Aeroporto Santos Dumont, a conversa entre o presidente e o ministro da Justiça enveredou por outros rumos. Em vez de falarem sobre atentados, pistoleiros e assassinatos, acharam melhor tratar de política.

“Gostei de ver o seu amigo Kubitschek”, disse Getúlio. “Ele está solidamente apoiado pelo povo de Minas. Não seria a hora de nós deflagrarmos a sucessão?”

“Pois não, presidente”, respondeu Tancredo, calculando que aquela talvez fosse uma boa manobra diversionista, para tirar o foco da crise e impor uma nova pauta aos jornais.

“Procure fazer uma sondagem em torno do nome do governador”, sugeriu Getúlio. “Mas faça com cuidado, para que o Aranha não se aborreça.”¹³

Contudo, tão logo chegou ao Catete, Getúlio mandou chamar Lutero. Queria ouvir o que ele tinha a dizer a respeito da acusação de Climério. Quando o assunto chegasse à imprensa, certamente se daria um massacre. Por muito menos o *Diário Carioca* publicara naquela manhã mais um dos furiosos editoriais de Macedo Soares, exigindo a renúncia do presidente. Uma denúncia anônima levava o vereador udenista Mário Martins a conduzir um grupo de jornalistas em caravana ao Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal. Lá, os funcionários da repartição foram flagrados imprimindo cartazes e cédulas da campanha de Lutero, que se lançara candidato à reeleição (o pleito para a renovação do Congresso estava marcado para outubro).¹⁴

“O difícil para o sr. Getúlio Vargas não seria abandonar o governo, mas exercê-lo em meio às ruínas e à estrumeira em que o transformou”, escreveu Macedo Soares, a propósito, na edição daquele dia.¹⁵

Antes de receber o chamado do pai e seguir ao palácio, Lutero discutira a gravidade da situação com a irmã Alzira. Mais cedo, enquanto Getúlio ainda voava de Minas para o Rio, o ministro Nero Moura ligara para comunicar a prisão de Alcino – e para alertar sobre as consequências da divulgação do depoimento do

homem que confessara ter matado o major Vaz. Moura recomendou que Lutero se apresentasse espontaneamente aos responsáveis pelo IPM. Se possível, abrindo mão das imunidades parlamentares, para que não pairassem desconfianças acerca de sua disposição em provar inocência.¹⁶

Alzira julgou pertinente a sugestão do ministro da Aeronáutica. Mas, por via das dúvidas, achou que era o caso de fazer uma pergunta objetiva ao irmão:

“Foste tu?”

“Não”, Lutero respondeu.

Alzira, ainda assim, não se satisfez.

“Mas disseste, alguma vez, alguma coisa, em algum lugar e a alguém, qualquer frase que te pudesse pôr em posição difícil?”

Lutero não entendeu o que a irmã pretendia insinuar. Alzira então explicou que vários amigos dela, incluindo colegas de Ernani, já haviam lhe sugerido que talvez fosse o caso de aplicarem um corretivo em Carlos Lacerda. Ela sempre repelira aquele tipo de abordagem. Mas talvez Lutero, ainda que sem intenção real de eliminar o jornalista, pudesse ter dado a entender a alguma pessoa que a ideia não seria de todo má.

“Por isso, eu te pergunto, mais uma vez, Lutero: não disseste nada a ninguém que pudesse ser interpretado nesse sentido?”

“Não”, ele insistiu.

“Então, deves mesmo ir ao Galeão. Aguentas?”

“Aguento, eu não fiz nada.”¹⁷

Os dois irmãos rumaram juntos ao Catete para consultar o pai, que a essa altura já mandara o ajudante de ordens em busca do filho. No palácio, Tancredo Neves havia sugerido ao presidente a mesma providência já indicada por Nero Moura: seria muito mais conveniente Lutero se apresentar de modo espontâneo às autoridades do que esperar uma intimação oficial para depor na condição de acusado.¹⁸

“Papai, trouxe o cordeiro de Deus que vai para o sacrifício...”, brincou Alzira, tentando desanuviar o ambiente.¹⁹

Não consta que Getúlio tenha achado a piada engraçada. Dizia ter certeza absoluta de que um filho seu jamais poderia estar envolvido em um caso sórdido como aquele. Precisava, porém, ouvir a confirmação da própria boca de Lutero.

“O senhor bem sabe que se eu o julgasse necessário iria pessoalmente, na frente de todos, aniquilar essa pústula”, disse-lhe o filho. “Não fui o mandante desse crime asqueroso”, jurou.²⁰

Lutero Vargas, médico ortopedista, sempre questionou até mesmo a veracidade do ferimento de Carlos Lacerda. Como especialista, ele presumia que uma lesão provocada por bala de arma 45, em um pé humano, teria feito um estrago inevitavelmente maior. Se Lacerda houvesse recebido um balaço de tal calibre naquela região, teria ficado com os ossos e tendões comprometidos de tal modo que talvez se justificasse uma possível amputação clínica.²¹

As desconfianças de Lutero a esse respeito encontrariam eco na narrativa de uma testemunha ocular da cena de sangue na rua Tonelero. O jornalista Otávio Bonfim – que acompanhava Armando Nogueira e assistira ao episódio a poucos metros de distância – disse ter visto Lacerda, depois de cessados os tiros, caminhar normalmente em direção ao corpo do major caído junto ao meio-fio. Bonfim não se lembrava de o jornalista estar sequer mancando.²²

Um vizinho de Lacerda, Fernando Aguinaga, contou ter chegado em casa no dia do crime depois da meia-noite, após ter ido ao cinema com a mulher e um amigo. Os três teriam ficado conversando em frente ao número 186 da rua Tonelero – o apartamento de Carlos Lacerda era no número 180 – até o momento em que viram um homem atirando e depois sair correndo em direção à esquina. Instantes depois, Aguinaga teria ajudado Lacerda a socorrer o major Vaz. O jornalista estaria andando sem nenhum ferimento no pé.²³

Mas, nesse caso, o testemunho do antigo vizinho de Lacerda, publicado em 1983 pela revista *Manchete*, contradizia o que o mesmo Aguinaga dissera ao depor na madrugada de agosto de 1954 no Distrito Policial, na rua Hilário de Gouveia, a poucos minutos da cena do crime. Na ocasião, no calor da hora, ele afirmara ter visto Lacerda manquejando, como se também tivesse sido alvejado.²⁴

Entre tantas conjecturas e contradições, o próprio Carlos Lacerda ajudaria a perpetuar a dúvida ao elaborar duas versões distintas, separadas por longo espaço de tempo, sobre o instante exato em que percebeu estar ferido. Segundo contou na *Tribuna da Imprensa* logo no dia seguinte ao crime, notara a aproximação suspeita de Alcino e, após vê-lo atirar contra o major Vaz, correr para dentro da garagem do prédio, subira uma escada interna e, por fim, saíra pelo portão principal, quando

então passou a revidar ao ataque. Só nesse momento teria observado que fora atingido no pé.²⁵

Após 23 anos, em 1977, ao conceder uma longa entrevista ao *Jornal da Tarde* e ao *Estado de S. Paulo* – publicada, em seguida, na forma de livro²⁶ –, Lacerda assegurou que ainda se encontrava na rua quando sentiu ter sido baleado: “O pé esquerdo pesando, uma dor violenta. Quando olhei, estava saindo sangue pelo cordão do sapato”. Fizera então o percurso descrito na primeira versão: mesmo ferido, com “uma dor violenta no pé”, saíra correndo para a garagem, conseguira subir uma escada interna e sair pela porta principal, a tempo de ainda atirar contra Alcino.²⁷

Com mais de duas décadas de intervalo entre uma reconstituição e outra, é admissível imaginar que a memória de Lacerda o tenha atraído e invertido a ordem dos acontecimentos. De todo modo, as ambiguidades e incertezas a respeito do que de fato aconteceu naquela madrugada na rua Tonelero – e, de forma específica, ao pé de Lacerda – poderiam ter ficado esclarecidas não fosse uma circunstância, no mínimo, esdrúxula. O prontuário do paciente no Miguel Couto, com os raios x e todos os outros exames médicos em anexo, sumiram misteriosamente do hospital. Nunca foram encontrados.²⁸

Getúlio aconselhou Lutero a ir ao Galeão, como Nero Moura e Tancredo Neves haviam recomendado, mas devidamente acompanhado do vice-presidente da Câmara dos Deputados, Adroaldo Mesquita da Costa (PSD-RS). O filho acatou o conselho e disse que responderia às interrogações que lhe fossem feitas como “simples cidadão”, não como congressista ou filho do presidente da República.²⁹

Lutero saiu e voltou pouco depois. Segundo afirmou, fizeram-lhe algumas “perguntas tolas” e o liberaram em seguida. Em suas memórias, Lutero chegou a afirmar que os investigadores do IPM teriam lhe mostrado, naquela noite, um depoimento assinado por Gregório Fortunato, acusando-o de ser o mandante do crime. Em seguida, o teriam levado para uma cela onde o Anjo Negro se encontrava prisioneiro. Uma tentativa astuta, imaginou, de jogarem um contra o outro.³⁰ Mas tal situação, sabe-se, seria cronologicamente impossível. Em 13 de agosto, Gregório continuava no Catete – sob as ordens de Getúlio para não deixar o palácio – e ainda não havia nenhuma acusação formal contra ele para que já

pudesse estar detido no Galeão.³¹

Numa história tão nebulosa, até hoje cercada de mistérios, controvérsias e interrogações, aquela imprecisão de Lutero seria apenas mais um ingrediente a confundir os que por acaso tentaram extrair uma versão única, pronta e acabada do turbilhão de episódios desencadeados pela morte do major Vaz. O que se sabe é que, na volta do Galeão, às vinte horas, Lutero Vargas leu ao microfone da Rádio Nacional um pronunciamento público, copidescado por Tancredo Neves e Ernani do Amaral Peixoto.³²

“Nesta hora, em que a insânia de maus brasileiros, trabalhados por ódios pessoais mesquinhos, procura envolver o meu nome numa trama engendrada e urdida por eles próprios, venho diante da opinião pública denunciar essas manobras e proclamar, sem nenhum receio, que estou sendo vítima de torpe difamação”, dizia o texto. “Juro, perante Deus e a nação, que nenhuma ingerência direta ou indireta e nenhuma responsabilidade, por ação ou omissão, tive no deplorável acontecimento.”³³

A estratégia de se antecipar ao noticiário surtiu efeito. No dia seguinte, 14 de outubro, os jornais deram amplo destaque à declaração de Lutero, o que ajudou a neutralizar, em parte, os ataques diretos contra ele. Afinal, mesmo naquela circunstância de radicalização política, a palavra de um deputado federal, filho do presidente da República, tendia a prevalecer sobre a de Alcino – um homem pobre, suburbano e mulato.

A defesa de Lutero, entretanto, não conseguiu tirar o governo – e sobretudo o pai, Getúlio – do foco da crise. Ainda repercutia na imprensa, com grande alarde, a assembleia extraordinária realizada pelo Clube Naval na quinta-feira, quando quinhentos sócios haviam aprovado uma moção de solidariedade aos colegas da Aeronáutica.³⁴ O ministro Renato Guillobel divulgara uma conclamação à tropa, exortando-a a manter a disciplina e o respeito à Constituição.³⁵ Apesar disso, a oficialidade da Marinha continuou com os ânimos exaltados, pedindo a renúncia do presidente.

Na tarde daquele sábado, o Clube Militar realizou sua própria assembleia, para votar um documento com o mesmo propósito, assinado por integrantes das três armas. O evento teve a adesão de cerca de 1,5 mil oficiais. Getúlio recebeu em seu gabinete um informe da assessoria resumindo os principais itens tratados na

reunião. Os militares de terra, mar e ar tinham aprovado, por unanimidade, uma moção em que também se diziam solidários aos camaradas do Clube da Aeronáutica. E exigiam “a severa punição de todos os crimes de responsabilidade, de corrupção, de acobertamento e proteção de suspeitos e culpados, que já tenham sido ou venham ainda a ser postos em evidência no decurso das averiguações”.³⁶

O pior daquele fim de semana crítico, porém, estava por vir. O subchefe da extinta guarda pessoal de Getúlio, João Valente de Souza, o segundo homem na hierarquia após Gregório Fortunato, tinha sido chamado a depor antes mesmo da instalação do IPM e seguia detido para averiguações. Questionado duramente pelos investigadores, abriu a boca. Confessou ter facilitado a fuga de Climério e Alcino, fornecendo-lhes instruções e dinheiro vivo. Isso explicava, de forma crucial, os 7 mil cruzeiros, em notas novas e numeradas em série, que tinham sido encontrados em poder de Alcino.³⁷

Pressionado mais um pouco – depois surgiram fortes suspeitas da ocorrência de sessões de tortura física e psicológica no Galeão –, Valente entregou uma informação adicional. Fora Gregório Fortunato quem lhe dera o dinheiro para ser repassado a Climério e Alcino. A ordem era para que sumissem do mapa, sem deixar rastros.³⁸

Com base na confissão de João Valente, o coronel Adil de Oliveira, que assumira a presidência do IPM, podia enfim formalizar uma acusação direta contra o Anjo Negro – e pedir sua detenção. No domingo à noite, 15 de agosto, começou a circular a notícia de que Gregório dera entrada no Hospital da Marinha, após ter sido acometido de um princípio de ataque cardíaco.³⁹

Na verdade, tinha sido levado preso.⁴⁰

Quando o sol se pôs no fim da tarde de segunda-feira, 16 de agosto, as patrulhas da Aeronáutica decidiram encerrar as buscas por aquele dia e recomeçá-las somente na manhã seguinte. Dez aviões de caça, dois helicópteros, cinquenta viaturas e um total de duzentos homens, incluindo um corpo de paraquedistas, haviam fechado o cerco a Climério, no meio da mata. Depois de se esconder por algum tempo no sítio da mãe, em Jacarepaguá, o fugitivo recorrera ao casebre de taipa de um compadre, o agricultor Oscar Domingos de Souza, no alto da serra do Tinguá, em

Nova Iguaçu.⁴¹

Na palhoça de Domingos, os policiais encontraram uma sacola com roupas, um par de óculos escuros, algumas balas de revólver e uma carteira de cigarros, pertencentes a Climério. Ao ouvir o ronco dos aviões e helicópteros, ele se embrenhara no matagal. Cães farejadores partiram em seu encalço, mas ao anoitecer a caçada teve que ser interrompida temporariamente. Fazia bastante frio na serra durante a madrugada e os policiais deduziram que o foragido não poderia ir muito longe vestido apenas com camisa e calça de brim.⁴²

De manhã cedo, Climério foi avistado em um ponto distante, no alto de uma colina, adentrando um bananal. O fato serviu para delimitar ainda mais a área de buscas. Por volta das sete horas, ele se viu cercado, de cócoras, atrás de uma moita, junto a um barranco. Não apresentou resistência, embora portasse uma arma. Saiu de mãos para cima. Estava exausto e faminto. Foi levado de helicóptero, na mesma hora, para o Galeão.⁴³

Interrogado, indicou a localização de 35 mil cruzeiros, em notas de quinhentos, com sequência numérica próxima às que haviam sido encontradas com Alcino. Do mesmo modo que o comparsa, confessou que o dinheiro tinha sido fornecido por Gregório Fortunato para financiar a fuga. Uma busca simultânea na casa do próprio Gregório resultou na apreensão de mais 225 mil cruzeiros. Os números das cédulas apresentavam intervalos nos quais se encaixavam perfeitamente os maços em poder de Climério e Alcino.⁴⁴

Dois dias depois, em 19 de agosto, José Antônio Soares – apontado como o intermediário entre Climério Euribes e Alcino do Nascimento – foi capturado numa estrada no interior de Minas Gerais, quando tentava chegar de automóvel ao município de Patrocínio, no Triângulo Mineiro. Uma barreira policial parou o carro e Soares foi reconhecido, apesar de ter raspado a cabeça, tirado o bigode e estar de óculos escuros.⁴⁵

No dia 13 de agosto, o major-aviador Hernani Fittipaldi, um dos ajudantes de ordens do presidente, estava arrumando a mesa de Getúlio quando encontrou algumas folhas de papel com anotações à mão. Ficou assustado quando leu o que estava escrito.⁴⁶

Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte.

Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia.

A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas pela malignidade dos rancorosos e gratuitos inimigos numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa.

Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, a felonía de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês, à insensibilidade moral de sicários que entreguei à Justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país contra a minha pessoa.

Se a simples renúncia ao posto a que fui levado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranquilo no chão da pátria, de bom grado renunciaria. Mas tal renúncia daria apenas ensejo para, com mais fúria, perseguirem-me e humilharem-me.

Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não de crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes.

Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos.

Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

Agradeço aos que de perto ou de longe me trouxeram o conforto de sua amizade.

A resposta do povo virá mais tarde...

Getúlio Vargas⁴⁷

Fittipaldi apanhou os papéis e os entregou a Alzira. Ela leu e, segundo contou, subiu correndo ao terceiro andar do palácio, “com o coração aos saltos”. O pai, imóvel, parecia rressonar tranquilo. Mesmo assim, Alzira chamou o tio Benjamin e, voltando com ele ao quarto, pediu-lhe que verificasse a respiração de Getúlio. Conferisse se o pulso e a temperatura estavam normais. Bejo atendeu ao apelo e a tranquilizou. Estava tudo bem. O homem apenas dormia.⁴⁸

Na manhã seguinte, Alzira o interpelou, com as folhas de papel na mão:

“Então, estás querendo que nesta idade eu comece a sofrer do coração?”

“Por quê?”, perguntou Getúlio.

“Que significa esse bilhete, papai?”

“Onde você encontrou isso?”

“Na tua mesa, entre os teus papéis.”

“Quem manda seres bisbilhoteira?”, o pai respondeu, sorrindo.

“E quem manda deixares papéis desses ao alcance de uma bisbilhoteira?”

Getúlio pegou as anotações e as guardou no bolso.

“Não é o que estás pensando, minha filha”, disse, com ar severo. “Não te preocupes, foi um desabafo.”⁴⁹

Um caminhão com placa oficial estacionou na frente do Catete e, minutos depois, saiu de lá com dois armários de gavetões de aço recheados de documentos. Era o arquivo pessoal de Gregório, mandado confiscar pela direção do IPM. Getúlio havia determinado que nada fosse feito para impedir ou atrapalhar as investigações e, por isso, não houve nenhuma tentativa de reter o material. Tancredo, como ministro da Justiça, ponderou que aquela devassa no palácio devia ser considerada um acinte ao Poder Executivo. Mesmo assim, o presidente mandou dizer que podiam levar o que bem entendessem.⁵⁰

Não por menos, já se falava, nos jornais, na “República do Galeão”. A desenvoltura dos oficiais da Aeronáutica na investigação do atentado que vitimou o major Vaz era de tal ordem que muitos consideravam o IPM uma instância de poder superior ao Judiciário, ao Congresso e à presidência da República, todos reunidos. E Carlos Lacerda, seu porta-voz.

“Os chefes militares sabem o que fazem. Se não fazem, assumem, pela inércia, as suas responsabilidades perante o povo e diante da história, que é implacável no seu julgamento”, ele escreveu, em um de seus editoriais na *Tribuna da Imprensa*. “Mas, por Deus, não se escondam por trás da Constituição. Esta não foi feita para justificar a complacência com o crime. Não se pode ao mesmo tempo servir a dois senhores: quem serve a Vargas não serve à Constituição.”⁵¹

Os papéis de Gregório Fortunato trariam revelações catastróficas para o governo. Eles atestavam que o chefe da guarda pessoal, apesar de receber um salário de 15 mil cruzeiros (7,5 mil reais), era dono de um conjunto de bens estimado em torno de 65 milhões de cruzeiros (32,8 milhões de reais) – entre os quais se incluíam imóveis, um mercado em Copacabana e um cavalo puro-sangue.⁵²

Havia provas materiais de que Gregório exercia intenso tráfico de influência nos bastidores do poder, o que incluía desde pequenos favores palacianos ao

agenciamento de vultosas quantias. No arquivo, foram encontrados cartas, bilhetes e recibos trocados por ele com autoridades e lideranças empresariais do país. Entre outros ilícitos, Fortunato recebera comissões para intermediar junto ao Banco do Brasil a liberação de guias de importação, da antiga Cexim, sem a necessária cobertura cambial. Usava de sua proximidade com Getúlio para obter e distribuir benefícios políticos e financeiros.⁵³

O coronel Adil de Oliveira, responsável pelo IPM, repassou à imprensa cópias de vários desses documentos, que começaram a ser divulgados com estardalhaço, a partir de 20 de agosto, na primeira página dos jornais e nos programas de Lacerda na TV Tupi. Na Câmara, o deputado Herbert Levy (UDN-SP) subiu à tribuna para comparar:

Atente bem, nação brasileira, enquanto pela extorsão, pelo furto, pelo peculato, pelos negócios escusos realizados com o Banco do Brasil, este semianalfabeto, pelo simples fato de gozar da intimidade do presidente da República, acumulava uma fortuna de 65 milhões de cruzeiros, possuindo poderes que rivalizavam com os de um primeiro-ministro de um governo, o que ficou para a viúva do major Vaz? Uma pensão de 4 mil cruzeiros mensais.⁵⁴

Entre os documentos pinçados das gavetas de Gregório e publicados na imprensa, nenhum produziu maior baque emocional em Getúlio do que um recibo assinado por Manuel Antônio Vargas – o Maneco, que desde a morte de Getulinho passara a ocupar o lugar de filho caçula do presidente. Em papel timbrado com o brasão da República e rabiscado à mão, o texto subscrito por Maneco atestava que ele recebera de Gregório Fortunato a quantia de 2,6 milhões de cruzeiros (1,3 milhão de reais) pela venda de uma propriedade em São Borja, a Fazenda São Manuel. Segundo uma anotação acrescida com a mesma caligrafia ao rodapé da folha, Gregório fizera ainda um pagamento adicional, pelo negócio, de mais 1,32 milhão (666 mil reais).⁵⁵

“Não estamos mais no terreno da suspeita contra a honorabilidade do governo”, analisou o *Diário Carioca*. “Não se registra mais caso isolado que poderia deixar margem a se pensar na inocência do sr. Getúlio Vargas. Trata-se de um monturo que cresceu em torno da pessoa presidencial e o suja de alto a baixo.”⁵⁶

A dedução pública, à época, foi lógica. Só havia uma maneira de alguém, ganhando o salário de chefe de guarda-costas, conseguir comprar uma fazenda de

praticamente 4 milhões de cruzeiros: por meio de negociatas. Como agravante, o filho do presidente passara recibo em papel oficial do Palácio do Catete.

“Isso não pode ser verdade. Isso não tem cabimento. É só uma exploração. Esse documento é falso”, disse Getúlio, terrificado, ao ver o fac-símile do recibo estampado na capa de *O Globo*.⁵⁷

Maneco estava fora do país, passando a lua de mel em Paris. Casara em meados de julho com Vera Tavares (“bonita, simpática e elegante”, segundo a definição da coluna social “Ronda da Meia-Noite”, da *Última Hora*). Alzira e Jango tinham sido os padrinhos.⁵⁸ Getúlio não teve dúvidas em dar-lhe a ordem de interromper a viagem de núpcias imediatamente e retornar ao Brasil. Queria todos os esclarecimentos possíveis sobre aquela história escabrosa.⁵⁹

Coube a Tancredo, Alzira, Ernani e Darcy a missão de ir pegar Manuel Antônio no Aeroporto do Galeão, local que estava transformado em uma espécie de quartel, por causa do IPM. “A entrada para o Galeão parecia terra inimiga até para a família do presidente da República legal e constitucionalmente eleito”, escreveu Alzira, no segundo volume inédito de suas memórias. “Para que pudéssemos passar foi necessário que os ajudantes de ordens se identificassem perante os soldados que barravam a entrada. A autoridade do presidente estava diminuída pela indisciplina que haviam criado, levantado e transformado em verdadeira força.”⁶⁰

Segundo noticiou *O Globo*, a presença de Alzira no aeroporto gerou rumores de que ela teria sido denunciada como mandante do atentado a Lacerda e por isso fora chamada para depor, ao lado do marido, governador do Rio de Janeiro. O jornal cuidou de desfazer o engano em chamada de primeira página no dia seguinte, mas publicou a foto da filha e da esposa do presidente da República juntas, de braços dados – com Ernani aparecendo ao fundo, meio de costas –, sob um título dúbio: “O casal Amaral Peixoto no Galeão”. Como a palavra Galeão se transformara em sinônimo de IPM, era preciso ler o texto embaixo, em letras pequenas, para se compreender que o boato era infundado.⁶¹

No Catete, o resto da família reunida aguardava, apreensiva, a chegada de Maneco.

Mal ele entrou, Getúlio inquiriu:

“Você vendeu a fazenda?”⁶²

O filho confirmou. Sim, o recibo era autêntico. A letra era sua. Gregório lhe

pagara cerca de 4 milhões de cruzeiros pela São Manuel.

Segundo as palavras de Tancredo, naquele momento Getúlio experimentou “um profundo abalo”. O resto de ânimo que por acaso ainda lhe restasse se esvaiu, ao sentir a honra pessoal e familiar enxovalhada, sem que pudesse defendê-la.⁶³

Nos papéis do ex-presidente, ficaria uma declaração de Maneco, escrita de próprio punho, tentando justificar a operação. Ele contraíra uma série de dívidas desde que descuidara dos negócios da fazenda em São Borja para se dedicar à política, trabalhando para a consolidação do PTB no Rio Grande do Sul. Como precisava honrar compromissos financeiros acumulados, decidira vender a propriedade. Depois de procurar vários possíveis compradores, ninguém se interessara pelo negócio. Até o momento em que Gregório Fortunato se ofereceu para adquirir a São Manuel. Quando Maneco perguntou de onde ele tiraria o dinheiro, ouviu como resposta a afirmação de que Jango, então ainda ministro do Trabalho, endossaria um empréstimo bancário no valor correspondente.⁶⁴

Para Getúlio, nada daquilo melhorava a situação. Muito pelo contrário. Um ministro avalizara um empréstimo numa instituição financeira, em nome do guarda-costas do palácio, para ajudar a cobrir uma dívida pessoal do filho do presidente da República. Isso era o equivalente a uma confissão de culpa. Pouco mais tarde, um desolado Getúlio Vargas mandou chamar Oswaldo Aranha ao Catete. O ministro da Fazenda – um dos únicos antigos amigos que lhe restaram na equipe e um dos últimos remanescentes da Revolução de 30 que permanecera ao seu lado depois de tantos anos de governo – atendeu prontamente ao chamado. Ao subir ao terceiro andar do palácio, Aranha encontrou o presidente debruçado na janela, de óculos escuros e fisionomia abatida. Deu-lhe a impressão de ter chorado.

“Oswaldo, está confirmado. Debaixo do Catete há um mar de lama.”

“Mas, o que é isso? [...] É humano, um filho pode errar”, argumentou o amigo e ministro. “Compreendo seu pesar, mas a história está cheia desses acontecimentos. Reaja, você é um homem forte, um homem poderoso, um homem que tem enfrentado e vencido tantas situações difíceis na vida. Paciência, vamos andando...”⁶⁵

Na tarde de 21 de agosto, o vice-presidente Café Filho decidiu ir ao Catete falar

com Getúlio Vargas. Queria lhe propor uma fórmula que, no seu entender, estancaria a crise institucional. Conversara previamente sobre a ideia com o líder da maioria, Gustavo Capanema, e com os ministros da Guerra, Zenóbio da Costa, e da Marinha, Renato Guillobel. Café tinha em mente convencer Getúlio a apresentarem, juntos, o pedido de dupla renúncia. Ambos abdicariam dos respectivos cargos, simultânea e espontaneamente, abrindo as chances para um governo interino, de coalizão. Em vez de assumir o presidente da Câmara, Nereu Ramos, próximo na linha sucessória, seria escolhido um nome de consenso entre governo e oposição.⁶⁶ Ao ouvir a proposta inusitada do vice-presidente, Capanema achou-a temerária e inexecutável. Reconhecia que Getúlio estava politicamente indefeso, mas deixar o país acéfalo só iria piorar a situação. Mesmo que fosse possível encontrar um substituto consensual em meio aos radicalismos do momento, isso significaria uma solução extralegal, o que exigiria uma reforma da Constituição, em regime de emergência.

“Seria o fim de tudo. Nem pense em tal coisa”, desaconselhou Capanema.⁶⁷

O almirante Guillobel, apesar de demonstrar certa simpatia pela tese, não se mostrou entusiasmado em defender a renúncia do presidente.

“Eu, seu auxiliar, nada posso fazer senão acompanhá-lo até o fim”, sentenciou.⁶⁸

Zenóbio foi ainda mais taxativo:

“Estarei do lado do presidente, haja o que houver. Não tomo parte em nenhum movimento de renúncia”.⁶⁹

Ainda assim, Café Filho insistiu em levar o assunto ao Catete. Chegando lá, procurou convencer Getúlio:

“Se eu fosse presidente, também não aceitaria uma renúncia imposta. Mas a proposta que lhe trago é diferente”, disse. “Reclama-se o seu afastamento e prega-se a minha ascensão. Pois bem. Vamos sacudir a nação com um gesto: fomos eleitos juntos na mesma chapa, renunciemos agora juntos no mesmo destino. Será um fato novo, capaz de cortar a agitação.”⁷⁰

Em suas memórias, Café Filho descreveria as reações do interlocutor:

Getúlio escutou-me pendurado, pelo olhar, ao teto do palácio, numa reflexão mímica, que lhe era quase um cacoete ou uma evasão. [...] Ao aludir às buscas no Catete e à repercussão dos arquivos de Gregório ali encontrados, tinha Vargas uns silêncios consternados, numa expressiva retórica muda. Movia a cabeça, aprovando os comentários que eu fazia e ruminando a tristeza, a revolta e a vergonha que sufocava, mas

deixava transparecer nos vincos do rosto. [...] A melancolia em que se encontrava Getúlio, a sua depressão, a dor moral transbordante, as palavras de desalento, tudo indicava que, por sua vontade, não permaneceria no governo. [...] Mostrara-se comovido, sobretudo ante a alusão à falta de solidariedade de muitos correligionários. Nem parecia o homem frio e insensível do retrato de tantos dos seus biógrafos e intérpretes.⁷¹

Ao final da conversa, Getúlio disse a Café que iria consultar alguns amigos e pensar a respeito da proposta. Depois lhe daria uma resposta definitiva. Tão logo deixou o palácio, o vice-presidente procurou estabelecer contato com o general Juarez Távora, um dos principais articuladores da oposição militar ao governo, e com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, marechal Mascarenhas de Moraes. Fez questão de cientificá-los da sugestão que fizera ao presidente da República.⁷²

Getúlio, por sua vez, consultou o ministro da Justiça sobre o plano de Café Filho. Tancredo, com sua típica desconfiança mineira, pressentiu o risco de uma possível arapuca. Imaginou que o vice-presidente pudesse estar fazendo, de algum modo, o jogo dos golpistas. Nesse caso, todo cuidado era pouco. Melhor fiquem atentos.⁷³

Ao saber que não fora chamado para uma reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, Nero Moura percebeu que tinha sido rifada e perdida toda a sua autoridade no meio militar. Para não deixar o governo a descoberto em um setor de extrema sensibilidade naquele instante, preferiu pedir demissão do Ministério da Aeronáutica e recomendar a Getúlio que convidasse para o seu lugar alguém que desfrutasse de indiscutível conceito entre os pares.⁷⁴

Primeiro, Getúlio pensou no nome de Altair Rozsanyi, comandante da 5ª Zona Aérea, sediada em Porto Alegre, mas que não aceitou o encargo, pelas dificuldades notórias do momento. Depois ventilou-se o convite a um veterano da corporação, o brigadeiro Henrique Dyott Fontenelle, sessenta anos, ex-presidente do Clube da Aeronáutica que, consultado, disse encarar o desafio. Getúlio aprovou a recomendação e Nero se sentiu autorizado a contatar Fontenelle para avisá-lo que ele deveria ser nomeado para o ministério. Porém, em decisão surpreendente, Getúlio escolheu outro brigadeiro, Epaminondas Gomes dos Santos, que tinha a conveniência de ser governista e amigo do presidente, mas a desvantagem de ser

inimigo mortal de Eduardo Gomes.⁷⁵

“Deu-se a merda”, telefonou Lourival Fontes a Nero Moura, prevendo o agravamento definitivo da crise militar.⁷⁶

Com efeito, no domingo, 22 de agosto, as mais altas patentes da força aérea se reuniram em assembleia no Clube da Aeronáutica. Os oficiais encarregados das diligências do IPM haviam feito aos colegas a leitura do relatório parcial das investigações e, por fim, lançado um apelo para que os brigadeiros “assumissem a direção dos acontecimentos”. Os depoimentos de Gregório Fortunato no Galeão foram um dos motivos principais da celeuma.⁷⁷

Gregório acusou o empresário e deputado Euvaldo Lodi, ex-presidente da CNI e um dos principais financiadores da campanha presidencial de Getúlio, de tê-lo induzido a matar Carlos Lacerda. Depois, o dedo do Anjo Negro apontou na direção do general Ângelo Mendes de Moraes, o ex-prefeito do Distrito Federal que Lacerda acusara, em 1947, de ter contratado cinco capangas para surrá-lo à porta da Rádio Mayrink Veiga. Chamados a depor, um e outro negaram as acusações, com veemência. Lodi chamou Gregório de “mentiroso” e Mendes de Moraes disse estar sendo vítima da “maior infâmia já articulada contra um homem público no Brasil”.⁷⁸

De todo modo, a despeito de quem fosse o mandante final, o ex-chefe da guarda de Getúlio terminou assumindo a responsabilidade na intermediação do crime, após ser interrogado pelo inspetor Cecil de Macedo Borer – por sinistra ironia histórica, um dos responsáveis pelo interrogatório, em 1935, de Arthur Ernest Ewert, o comunista que enlouqueceu na cadeia após ser torturado pela polícia varguista. Posteriormente, Gregório disse terem lhe ameaçado atirar de um avião em pleno voo, caso não admitisse a culpa.⁷⁹ Carlos Lacerda, em suas recordações do período, admitiu ter mandado imprimir, a pedido dos investigadores, uma edição falsa da *Tribuna da Imprensa*, com uma manchete fictícia: “Bejo Vargas foge para Montevidéu abandonando seus amigos na hora do perigo”. A intenção óbvia era fazer o prisioneiro delatar o irmão do presidente, mas Fortunato jamais apontou o nome de Benjamin como um dos possíveis envolvidos no caso.⁸⁰

Depois de receberem o apelo para que assumissem “a direção dos acontecimentos”, os brigadeiros elaboraram um manifesto exigindo a renúncia imediata de Getúlio. Por volta do meio-dia daquele domingo, o brigadeiro Eduardo

Gomes, que encabeçou a lista de assinaturas, ficou encarregado de ir à casa do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, marechal Mascarenhas de Moraes, para que ele fosse o portador do ultimato da Aeronáutica ao presidente da República.⁸¹

A rua Visconde de Cairu, onde Mascarenhas morava, recebeu uma movimentação incomum de automóveis naquela tarde de 22 de agosto. Entre outros, além de Eduardo Gomes, estiveram por lá os generais Juarez Távora, Álvaro Fiúza de Castro, Canrobert Pereira da Costa, o brigadeiro Ivan Carpenter Ferreira e o almirante Saladino Coelho, numa demonstração de que a discussão extrapolava os limites estritos da força aérea. Como convidado especial de Mascarenhas, também esteve presente um dos subchefes do Estado Maior das Forças Armadas, o general Humberto de Alencar Castello Branco – que dali a dez anos estaria investido na condição de presidente da República, por força do golpe militar de 1964.⁸²

A conversa entre o grupo terminou às cinco da tarde. Às sete e meia da noite, o marechal Mascarenhas se dirigiu ao Catete para cumprir a missão que lhe fora confiada: entregar ao presidente o manifesto dos brigadeiros exigindo que abandonasse o palácio.⁸³ Ao chegar, deve ter notado que o chefe do gabinete militar, Caiado de Castro, já mandara cavar trincheiras nos jardins do fundo do prédio. Sobre a mesa do ajudante de ordens, havia uma metralhadora dando as boas-vindas a qualquer visitante.⁸⁴

“Marechal, em 1945, eu estava no governo mantido pela vontade das armas. Atualmente, fui eleito pelo povo, e não posso sair daqui enxotado pelas forças armadas”, disse-lhe Getúlio. “Não renuncio; daqui só sairei morto e o meu cadáver servirá de protesto contra essa injustiça.”⁸⁵

Era um brado de resistência. Depois de ouvir a resposta e deixar o gabinete presidencial, Mascarenhas de Moraes cruzou ao pé da escada com Café Filho. Getúlio havia mandado chamar o vice para comunicar-lhe qual tinha sido, afinal, sua decisão à proposta da dupla renúncia.⁸⁶

“Como é, já veio assumir?”, dissera-lhe Alzira, sarcástica, ao vê-lo chegar.⁸⁷

“Não, porque estou muito cansado”, queixou-se Café, desmanchado numa poltrona, enquanto aguardava a hora de ser anunciado. “Você não sabe o que estou sofrendo. Tenho sido tão solicitado que já não sei o que fazer.”⁸⁸

“Dr. Café, eu já estou tão habituada com essas vigílias cívicas que elas já não me

assustam mais. Nós estamos prontos e preparados, sabemos com quem contamos. Não fique tão preocupado”, replicou Alzira, deixando-o sozinho e entrando na sala do pai, na companhia de Bejo e Lutero.⁸⁹

Café Filho permaneceu sentado, olhando para a metralhadora sobre a mesa. “Fixei o olhar nela e pus-me a meditar. Que significava tal arma, em si mesma e como símbolo, naquele instante?”, escreveu ele, em suas memórias, *Do sindicato ao Catete*. “Que representava para mim, para Getúlio, para a nação? Seria um sinal de segurança do governo? Prenunciaria uma reação sangrenta? Ou teria servido apenas para me recepcionar? Estava engolfado nesses pensamentos, quando o presidente me chamou, por intermédio do ajudante de ordens. Encontrei-o só. A família saía por outra porta. A metralhadora ficara esquecida.”⁹⁰

Foi Café Filho quem também narrou o diálogo entre os dois.

“Não renunciarei de maneira alguma. Se tentarem tomar o Catete, terão de passar sobre o meu cadáver.”

Depois de tentar ponderar e persuadi-lo do contrário, Café percebeu que o presidente estava irredutível.

“Uma vez recusada em termos irrevogáveis a minha sugestão, está claro que me sinto também desobrigado de renunciar. Caso o senhor deixe desta ou daquela maneira este palácio, a minha obrigação constitucional é vir ocupá-lo.”

“Compreendo muito bem a sua atitude”, assentiu o presidente. “Mas daqui só me tirarão morto.”

“Adeus, presidente”, disse o vice.

“Até logo”, respondeu Getúlio.⁹¹

No dia 23 de agosto, a resposta de Getúlio a Mascarenhas e Café estava estampada, em manchete, na primeira página da *Última Hora*:

SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!⁹²

Na noite anterior, Maneco Vargas procurara Samuel Wainer em casa para sugerir que aquela poderia ser a senha para conter o golpe em marcha. A edição esgotou em questão de minutos.⁹³ Duas fotos ilustravam a matéria. Uma, de

arquivo, mostrava Getúlio com ar grave – contrariando a imagem do líder sorridente. A outra, tirada durante a madrugada, exibia a fachada do Catete com as luzes internas acesas. Um sinal de que ninguém ali dormira naquela noite.⁹⁴

Foi uma segunda-feira inteira de tensões. Tancredo Neves propôs a Getúlio que decretasse o estado de sítio e pusesse os signatários do manifesto dos brigadeiros na cadeia. Mesmo um homem moderado, conhecido pelo equilíbrio e comedimento, chegara à conclusão de que não havia outra forma de o governo se sustentar nas próximas 24 horas.⁹⁵

“Não, o Zenóbio diz que a situação vai bem”, disse o presidente, descartando a medida extrema.⁹⁶

Getúlio ainda acreditava que o ministro da Guerra mantinha os quartéis sob o mais rigoroso controle.

“Depois do manifesto da Aeronáutica, vem o manifesto da Marinha e amanhã o senhor não se surpreenda se surgir o manifesto do Exército”, anteviu Tancredo.⁹⁷

As palavras de Tancredo foram proféticas. Naquele mesmo dia, às onze horas, a alta oficialidade da Marinha reuniu-se em assembleia e decidiu apoiar as exigências da Aeronáutica, lançando o manifesto dos almirantes.⁹⁸ À tarde, no Senado, Café Filho revelou publicamente, na tribuna, que levara até Getúlio a proposta da dupla renúncia, mas o presidente não a tivera na devida consideração. O discurso do vice mais pareceu o libelo de um oposicionista. Nele, rememorou o atentado a Lacerda e as investigações do IPM, para depois salientar que os problemas econômicos e financeiros do país se agravavam a cada dia.⁹⁹

“Em meio a esse quadro, em que as palavras parecem impotentes para descrever uma realidade que todos veem e sentem, sobressai uma inquietação geral”, discursou Café. “Governo, oposição e povo, através de todas as classes civis e militares, se mostram apreensivos e inseguros. Ninguém está seguro. A ordem e o próprio regime parecem equilibrar-se num fio, às bordas de um despenhadeiro”, prosseguiu. “Não há quem não perceba que, a qualquer momento, tudo poderá precipitar-se na voragem de surpresas desagradáveis, que nem sempre dependem do controle da vontade humana.”¹⁰⁰

Um editorialista do *Correio da Manhã* não poderia ter feito melhor. Antes mesmo de concluída a leitura do discurso, cópias mimeografadas já circulavam, de mão em mão, pelos corredores do Senado e pelas redações dos jornais. Uma delas foi

entregue a Alzira, que a levou imediatamente ao pai. Getúlio compreendeu o significado da atitude do vice-presidente, que acabara de abrir caminho para não ser derrubado junto com o titular – e herdar-lhe os respectivos despojos.¹⁰¹

Os generais também já estavam com seu manifesto pronto, redigido desde a véspera na casa de Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado-Maior do Exército, com a colaboração de Alcides Etchegoyen, Canrobert Pereira da Costa, Nicanor Guimarães de Sousa e Juarez Távora. Cada um dos cinco ficou de colher naquela segunda-feira o maior número possível de assinaturas entre os colegas, com a finalidade de publicar, no dia seguinte, o texto exigindo a renúncia de Getúlio. Às onze horas da noite, já subscrita por 27 generais, uma cópia foi entregue ao ministro da Guerra, para que ele levasse o ultimato ao presidente.¹⁰²

Era exatamente meia-noite – zero hora do dia 24 de agosto – quando Zenóbio chegou ao Catete, acompanhado de Mascarenhas de Moraes. Os dois foram comunicar a Getúlio que não havia saída à vista: o Exército iria divulgar o manifesto dali a poucas horas. Ele estava virtualmente deposto.¹⁰³

Enquanto Getúlio recebia Zenóbio e Mascarenhas, aviões davam rasantes sobre o palácio, em sinal de ameaça. Tancredo, informado de que a situação no Exército se complicara, chegou praticamente junto com os dois militares. Como já estavam fora do horário normal de expediente, o presidente não usava paletó e gravata. Vestia calça esporte de mescla e blusão. Mas, apesar de ser noite, estava de óculos escuros.¹⁰⁴

“Convocarei o ministério no decorrer do dia, para deliberação”, disse ele aos visitantes.¹⁰⁵

Mascarenhas ponderou que, dali por diante, cada minuto poderia ser fatal. Sugeriu que Getúlio mandasse os assessores telefonarem para os ministros, tirando-os da cama, se necessário. A reunião, aconselhou o marechal, deveria ter início imediatamente.¹⁰⁶

Era meia-noite e meia quando Getúlio, enfim, deu ordem para que todos fossem chamados. Enquanto esperava a chegada dos colegas, Tancredo Neves se aproximou de Getúlio, que estava fumando o tradicional charuto.

“Presidente, como vamos conduzir a reunião ministerial? Qual deve ser a nossa

posição?”

“Iremos ouvir os ministros militares e tomaremos uma decisão”, respondeu o presidente, que apanhou a caneta-tinteiro sobre a mesa e a entregou a Tancredo.

“Guarde isto, como lembrança desses dias...”

O ministro o olhou com ar de surpresa.

“Não se preocupe, tudo vai acabar bem”, comentou Getúlio.¹⁰⁷

18. “Se algum sangue for derramado, será de um homem cansado e enojado de tudo isso”
(24 de agosto de 1954)

Eram duas horas da manhã quando a reunião ministerial começou.¹

Getúlio foi o primeiro a sentar-se, à cabeceira da mesa do salão de despachos. Havia passado no quarto e trocado de roupa. Vestia um terno cinza-azulado. Os ministros ocuparam os seus lugares, marcados por pastas de couro verde com letras gravadas em dourado indicando os respectivos ministérios. Tancredo Neves sentou imediatamente à esquerda de Getúlio. À direita, Oswaldo Aranha. José Américo de Almeida ocupou a cabeceira oposta à do presidente. Os demais integrantes da equipe se dividiram entre os dois lados do grande retângulo de madeira envernizada. Apenas Vicente Rao, que não se encontrava no Rio, estava ausente. Sua cadeira foi colocada à disposição do marechal Mascarenhas de Moraes, convidado a participar daquele momento histórico. Os chefes dos Gabinetes Civil e Militar também tomaram assento e esperaram o chefe da nação abrir os trabalhos.²

Getúlio explicou a todos por que estavam ali reunidos. Fez um breve retrospecto das graves notícias que haviam chegado ao palácio naquela noite, dando conta do estado de conflagração das forças armadas. O presidente queria ouvir cada um de seus auxiliares do primeiro escalão. A partir do pensamento coletivo, estabeleceria a posição oficial do governo.³

José Américo, ao fazer depois a narrativa detalhada do encontro, afirmou que, nesse momento, o presidente estava “no seu natural, sem nenhuma lividez, sem a menor alteração no semblante ou na voz que refletisse um distúrbio interior.”⁴

De acordo com Américo, dada a excepcionalidade da situação, a palavra do ministro da Guerra antecedeu à dos demais colegas. A reunião estava nesses

instantes iniciais quando a porta se abriu violentamente, provocando o sobressalto de todos.⁵

Era Alzira que adentrava a sala, em um rompante. Não aguentara a ideia de permanecer do lado de fora, alheia aos fatos, enquanto aqueles senhores decidiam os destinos do governo – e de seu pai. Atrás dela, aproveitando a ocasião e a porta aberta, ingressaram Darcy, Lutero, Maneco, Ernani e o deputado Danton Coelho, que estava no palácio. O marechal Mascarenhas de Moraes, com sua característica rigidez militar, estranhou que uma reunião que começara “majestosa” fosse invadida por amigos e pessoas da família do presidente e, segundo ele, “gradativamente desvirtuada, tornando-se verdadeiramente teatral”.⁶

Alzira postou-se junto ao espaldar da cadeira de Getúlio, à frente dos ajudantes de ordens e secretários. A mãe e os irmãos ficaram em segundo plano, um pouco mais recuados. “Na minha condição de antiga auxiliar de gabinete, fiquei obedientemente junto a meus ex-colegas de trabalho, ouvindo os debates que se travavam”, ela descreveu. “Estava sendo feito o primeiro rodízio de votação sobre o que deveria deliberar o presidente da República em face dos acontecimentos. Em pé, ao lado dele, acompanhei as várias reações. Houve de tudo: honestidade, interesse, coragem, covardia, desejo de ajudar, vontade de trair, amizade e até ódios recalcados.”⁷

Convidado a se pronunciar, o general Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, disse que 37 generais já haviam assinado o manifesto de solidariedade aos brigadeiros, exigindo a renúncia do presidente da República. Ele avaliava que a maior parte das tropas do Exército não estaria disposta a se bater em armas contra os camaradas da Marinha e da Aeronáutica.⁸

“Para ressaltar futuras responsabilidades, comunico a todos os presentes que a resistência vai provocar derramamento de sangue”, disse Zenóbio.⁹

Tancredo Neves, segundo consta, teria sido o segundo a falar. Argumentou que toda aquela crise político-militar era, no seu conceito, desprovida de sentido. O IPM se encontrava em pleno funcionamento e com ampla liberdade de ação, os suspeitos envolvidos diretamente no atentado a Lacerda estavam todos na cadeia e o governo não impusera nenhuma ressalva às investigações. Portanto, não haveria motivos razoáveis para as forças armadas continuarem naquele estado eterno de sublevação. Tancredo considerava que o Catete devia se opor às pressões dos

quartéis e defender, acima de tudo, a ordem legal, mantendo preservadas as instituições.¹⁰

“Se aparecerem soldados para depor o presidente, a solução é resistir”, indicou o ministro da Justiça.¹¹

O almirante Guillobel afirmou, na sequência, que o maior problema era saber com quais forças seria organizada uma eventual resistência.

“A Marinha não pensa em levantar-se nem em depor o presidente, mas já se manifestou em favor da Aeronáutica”, disse, com um semblante de desolação.¹²

O brigadeiro Epaminondas dos Santos, que não conseguira ainda sequer tomar pé da situação do ministério que acabara de lhe cair no colo, também reconheceu a total impotência diante da excitação da tropa.

“Não oculto as dificuldades em que me encontro em face da unanimidade da Aeronáutica na oposição ao governo”, falou, quase como se fizesse um encabulado pedido de desculpas.¹³

Ao ouvir o diagnóstico da precariedade do apoio militar ao Catete, Getúlio ficou em silêncio. “Vi no rosto de meu pai um sorriso de indiferença, de estoicismo, diria mais, de profundo desprezo pelo que se passava”, descreveu Alzira.¹⁴ José Américo, de sua parte, percebeu que o presidente “não deblaterou, não perdeu a serenidade, não teve uma palavra de recriminação ou de estranheza”.¹⁵

“Observei-o, lentamente, por estar à minha frente, na outra cabeceira, interessado em colher a impressão produzida por essas declarações atordoantes”, recordou Américo. “Não havia a mais leve sombra de reação. Conservava o rosto imóvel, sem mostra de decepção, como se tudo corresse na medida dos seus cálculos. Tinha esse privilégio de, em qualquer circunstância, manter a mesma compostura.”¹⁶

Os ministros civis foram sendo ouvidos, um a um. Por princípio, todos concordavam com as ponderações de Tancredo quanto à necessidade de manutenção da ordem constitucional. Porém, depois de ouvirem o relato desolador dos colegas das pastas militares, disseram-se divididos entre a fidelidade que deviam ao presidente e o receio de assumir a responsabilidade por uma derrota sangrenta. A maioria preferia deixar a decisão a critério de Getúlio. No que o chefe decidisse, estariam com ele.¹⁷

Chegara a vez de José Américo se pronunciar. Diante de uma crise que parecia

insuperável, ele conclamou os colegas a assumir uma postura menos dúbia. Juntos, teriam que adotar uma posição firme, para ajudar o presidente a solucionar o dilema. Em vista das condições adversas na esfera militar, ele próprio sugeria que Getúlio se permitisse o desprendimento do que chamou de “grande gesto”: a renúncia.¹⁸

Oswaldo Aranha, o último ministro a ser ouvido naquela rodada de opiniões, preferiu fazer um arrazoadado de tudo o que fora dito e resumir, de maneira didática, as três únicas opções que restariam a Getúlio. A primeira: decidir pela resistência a favor da manutenção do governo a qualquer preço, inclusive sob o risco da própria vida – alternativa a que Oswaldo desde logo se declarou solidário. A segunda: após se proceder a um balanço numérico das forças leais ao governo, avaliar as possibilidades de se rechaçar, militarmente, qualquer tentativa de afronta à Constituição. A terceira, por fim, sem maiores atos de heroísmo e altivez: abraçar a alternativa da renúncia.¹⁹

“Mas esta seria uma decisão de foro íntimo, e em cuja apreciação não nos cabe entrar”, ressaltou Oswaldo.²⁰

Getúlio pediu uma breve avaliação estratégico-militar do marechal Mascarenhas. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas fez um retrato tão sintético quanto dramático da situação: a Aeronáutica estava amotinada sob a orientação do brigadeiro Eduardo Gomes; a Marinha, em peso, também se insurgira, e passara a exigir a renúncia presidencial; parcela considerável do Exército se encontrava em idêntico estado de insubmissão, sem que o governo pudesse contar com a totalidade de seus efetivos.²¹

Zenóbio, talvez se sentindo atingido pelo comentário, precisou defender seu senso de autoridade. Se o presidente desse as ordens necessárias, ele poria a tropa na rua e mandaria prender todo mundo. Mas, repetiu, isso só ocorreria à custa de muito derramamento de sangue.²²

“Não pude me conter e reagi. Transformei a famosa reunião em comédia, se ela não tivesse acabado em grande tragédia”, rememorou Alzira.²³

Estimulada pelos ajudantes de ordens aflitos, angustiados e desejosos de resistir, não me contive. Batendo a mão na mesa presidencial, disse com grande espanto para todos os presentes, inclusive meu pai, que não esperava por essa minha reação: “Não é só a vida da República e a vida de meu pai que estão em jogo. A minha também está. E eu me julgo com o direito de informar aos senhores, se é que não sabem, que nós

temos capacidade para resistir”.²⁴

Segundo José Américo, “houve um frêmito na sala”.²⁵

Alzira, de pé entre Getúlio e Oswaldo, dirigiu-se diretamente a Zenóbio:

“Isso não passa de uma conspiração de gabinete e não um movimento que atinja as forças armadas. O senhor sabe, tão bem quanto eu, que na Vila Militar nada foi alterado desde sua visita lá, hoje à tarde”, disse. “E, sem a Vila, pode alguém pretender dar golpes neste país?”, questionou.²⁶

“Não”, admitiu o general, que quis contra-argumentar, mas Alzira o cortou.²⁷

Virando-se para o ministro Renato Guillobel, a filha do presidente prosseguiu:

“Almirante, a sua tropa embarcada pode fazer alguma coisa? A única força que pode influir, em terra, não são os fuzileiros navais?”²⁸

Guillobel assentiu.

“Pois eles não estão interessados em marchar contra ou a favor de ninguém. Só se defenderão se forem atacados em seus quartéis e isto eu sei do próprio comandante Camargo.”²⁹

Alzira foi adiante, dessa vez apontando a mira para o brigadeiro Epaminondas.

“Brigadeiro, onde estão localizados os únicos aviões em condições de treinamento e de voo nesta cidade? Não é em Santa Cruz? A Base de Santa Cruz é comandada por um ex-ajudante de ordens, o coronel Pamplona. É composta pelo grupo de caça, o Senta a Pua, da Guerra, e são todos fiéis ao governo. Onde está o perigo?”³⁰

Zenóbio voltou à berlinda.

“Dos treze generais – porque são somente treze, general, os signatários do manifesto –, só um tem comando de tropa e não é aqui na capital; os outros exercem funções burocráticas”, disse Alzira. “Se o senhor julgar que a simples renúncia de meu pai vai trazer tranquilidade, progresso e ordem a este país, não se fala mais no assunto. Mas o senhor tem certeza?”³¹

Ninguém mais se entendeu. Todos quiseram falar ao mesmo tempo, ministros e familiares do presidente. Maneco disse que o Rio Grande do Sul apoiaria a legalidade.³² Quando o general Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar da Presidência, também defendeu a opção pela resistência armada, Zenóbio esbravejou:

“Eu te dou uma tropa para comandar e você vai fazer.”³³

“Ah, pois não, aceito”, devolveu Caiado.³⁴

“A solução é mandar prender o Juarez e o Eduardo Gomes”, propôs Guillobel.

“E por que não os prende?”, questionou Zenóbio.

“Porque não disponho de tropa”.³⁵

Ernani do Amaral Peixoto, tentando reduzir a temperatura do debate que já descambara para o bate-boca, propôs uma fórmula contemporizadora: “Nem resistência armada, nem renúncia”.³⁶

Ernani sugeriu que o sogro optasse pelo meio-termo, isto é, por um pedido de licença temporária, até que tudo fosse apurado pelo IPM e o país voltasse ao curso normal. Antes que as alterações ganhassem volume de novo, Getúlio levantou da cadeira e, com voz pausada, declarou a reunião por encerrada.³⁷

“Já que os senhores não decidem, eu vou decidir. Minha determinação aos ministros militares é no sentido de que mantenham a ordem e o respeito à Constituição”, deliberou. “Nessas condições, estarei disposto a solicitar uma licença, até que se apurem as responsabilidades. Caso contrário, se quiserem impor a violência e chegar até o caos, daqui levarão apenas o meu cadáver.”³⁸

Eram 4h20 da madrugada. Getúlio saiu do salão de despachos, que ficava no segundo piso, e subiu para o quarto, no terceiro andar.

“Tinha, então, o passo firme, mas a testa franzida, a fisionomia carregada”, notou José Américo.³⁹

Zenóbio e Mascarenhas já estavam deixando o elevador, no térreo, quando Oswaldo Aranha mandou chamá-los de volta. Precisavam redigir e assinar uma nota coletiva, com o resumo da reunião ministerial, para que o país fosse devidamente informado da decisão tomada pelo presidente da República. Discutiriam entre si os termos adequados e Tancredo Neves se encarregaria do texto final.⁴⁰

Às cinco e meia da manhã, a nota enfim ficou pronta:

O presidente da República reuniu hoje o ministério para exame da situação político-militar criada no país. Ouvidos os ministros, cada um de per si, foram debatidos longamente os diversos aspectos da crise e as suas

graves consequências. Deliberou o presidente Getúlio Vargas, com integral solidariedade dos seus ministros, entrar em licença, passando o governo ao seu substituto legal, desde que mantida a ordem, respeitados os poderes constitucionais e honrados os compromissos solenemente assumidos perante a nação pelos oficiais-generais de nossas forças armadas. Em caso contrário, persistirá inabalável no seu propósito de defender as suas prerrogativas constitucionais com sacrifício, se necessário, de sua própria vida.⁴¹

Lutero desceu para o jardim a fim de observar os preparativos da imaginável reação. Viu então o major Ene Garcez dos Reis, chefe do pessoal do Gabinete Militar da presidência, distribuir fuzis e metralhadoras à equipe.⁴² Ele próprio, Lutero, estava com o seu revólver na cintura. Bejo também. Alzira trouxera de casa uma arma dentro da bolsa.⁴³

“Estamos prontos para a luta; [...] os pusilânimes e os puxa-sacos já foram embora”, comunicou Lutero, subindo depois ao quarto do pai.⁴⁴

“Não vai haver luta. Nenhum sangue será derramado aqui hoje. Se algum sangue for derramado, será de um homem cansado e enojado de tudo isso”, respondeu Getúlio.⁴⁵

Lutero saiu impressionado com a frase. Imediatamente, foi contar o que ouvira ao tio Benjamin.

“Nem pensa nisso, guri, vai descansar”, tranquilizou-o Bejo. “O Getúlio nunca seria capaz de uma coisa dessas.”⁴⁶

Alzira, depois de ler a nota escrita por Tancredo, decidiu submetê-la ao pai, para que ele a revisasse, autorizando a divulgação. Quando a filha entrou no quarto, já o encontrou deitado na cama, embora ainda acordado.

“Não amola, me deixa dormir, eu não quero saber”, disse Getúlio, mandando-a embora.⁴⁷

Alzira saiu, entregou a nota aos secretários e permaneceu no corredor do terceiro andar, de plantão. Ela mesma não pretendia dormir. Estava na expectativa do resultado da reunião no Ministério do Exército convocada por Zenóbio para as sete e meia da manhã, quando ele comunicaria aos colegas a decisão do presidente de se licenciar do cargo.

Às seis horas, já com o dia claro, dois oficiais do Exército chegaram ao palácio, procurando por Bejo. Alzira, do lugar em que estava, viu quando o tio, após conversar com a dupla de militares, rumou para o quarto de Getúlio. Benjamin

demorou alguns minutos lá dentro e, tão logo saiu, Alzira entrou, para sondar o que tinha acontecido.⁴⁸

“O que há?”, ela perguntou ao pai.

“Por que ainda estás acordada?”

“Não é de sua conta”, ela respondeu, bancando a malcriada. “Dormirei na hora que eu quiser.”

“O Bejo foi chamado ao Galeão”, contou Getúlio.

“E o que o senhor disse?”

“Eu disse que se quisessem o depoimento do Bejo, que viessem buscá-lo aqui; hoje ele não pode sair.”⁴⁹

No volume inédito de memórias, Alzira narrou a sequência da última conversa travada entre pai e filha:

Desejando animá-lo e também dar-lhe uma satisfação, contei que continuava em contato com as tropas da Vila Militar, com a base de Santa Cruz e com os fuzileiros navais, através de meus amigos.

Riu-se e me chamou de “arteira”.

Fazia tenção de dormir. Não permiti.

Continuei minha conversa.

“Dentro em pouco saberei o resultado da reunião que se está realizando no Ministério da Guerra. Temos lá alguns generais de confiança. Posso me permitir ao luxo de mandar prender, enquanto tu dormes, os principais responsáveis por tudo isso? Tu aguentas a mão se eu der a ordem?”

Creio que foi a última vez que ele riu, chamando-me de atrevida.

Respondeu:

“Está bem.”⁵⁰

Depois disso, Getúlio pediu para ficar sozinho. Antes que a filha saísse, fez-lhe uma revelação:

“Tu sabes que o Zenóbio já tinha sido convidado para ser ministro da Guerra do Café?”

“Por que é que não me disseste isso ontem? A coisa seria completamente diferente!”

“Não adiantava mais nada. Vá dormir, não me amola mais.”⁵¹

Alzira apagou a luz e deixou o quarto.⁵²

Para surpresa dela, instantes depois, quando já passava das sete da manhã, viu Getúlio sair e atravessar o corredor, arrastando os chinelos, vestido apenas com um

pijama de listras verticais em tons de bordô, cinza e branco. Não estava de roupão, coisa a que jamais se permitia quando fora do quarto. Caminhando rápido – outra atitude que não lhe era costumeira –, dirigiu-se ao gabinete particular.⁵³

Alzira ficou curiosa, mas enquanto o pai permanecia lá dentro, ela foi chamada ao telefone. Era o general Ciro Cardoso, com informações da reunião dos militares. As notícias não eram boas. As forças armadas não haviam concordado com um simples pedido de licença. Exigiam a renúncia definitiva de Getúlio.⁵⁴ De acordo com testemunhos de oficiais presentes à cena, Zenóbio dissera que o afastamento seria mera formalidade:

“Podem ficar tranquilos, ele não voltará.”⁵⁵

Enquanto isso, Carlos Lacerda era carregado em triunfo, nos braços de correligionários. Apesar de ser tão cedo, foi à casa de um casal de amigos e estourou um champanhe para comemorar a vitória.⁵⁶ Ao microfone de uma emissora de rádio, proclamou:

“Aqui estou, no dia da redenção nacional, neste dia de são Bartolomeu, para declarar que esse covarde, esse pusilânime, não está licenciado, ele está é deposto, o lugar dele é no Galeão ou no estrangeiro, e deve apodrecer na cadeia.”⁵⁷

Enquanto Alzira ainda disparava telefonemas para os seus contatos militares a fim de saber o que estava acontecendo, Getúlio retornou ao quarto, carregando um envelope.⁵⁸

Logo foi procurado pelo irmão, que vinha abordá-lo pela segunda vez em poucas horas. O general Armando de Moraes Âncora trouxera a informação de que os militares continuavam exigindo a renúncia como única solução admissível.⁵⁹

“Então estou deposto?”, perguntou Getúlio a Bejo.

“Não sei. Mas acho que é o fim.”

“Vivo, eu não me entrego; vá lá embaixo esmiuçar isso com o Âncora e falar com o Caiado.”⁶⁰

Bejo desceu para o térreo, enquanto Lutero, vencido pelo sono e pelo cansaço, dormia estatelado em um sofá ao lado do quarto do pai. Alzira continuava, apreensiva, colada ao telefone.⁶¹

Como costumava fazer todas as manhãs, o camareiro Barbosa foi ao quarto do

presidente, para lhe fazer a barba e arrumar-lhe as roupas do dia. Getúlio o dispensou. Disse que queria ficar sozinho. Ia tentar dormir.⁶²

Os relógios marcavam 8h30 da manhã.

Cinco minutos depois, o barulho seco de um tiro ecoou no palácio.

Lutero levantou assustado e disparou para o quarto do pai. Abriu a porta e, logo atrás dele, Darcy e Alzira entraram correndo.⁶³

Getúlio estava deitado, com meio corpo para fora da cama. No pijama listrado, em um buraco chamuscado de pólvora um pouco abaixo e à direita do monograma GV, bem à altura do coração, borbulhava uma mancha vermelha de sangue. O revólver Colt calibre 32, com cabo de madrepérola, estava caído próximo à sua mão direita.⁶⁴

Getúlio ainda lançou um olhar indefinido pelo quarto. Era como se nos segundos que lhe restavam de vida estivesse procurando, entre os que o rodeavam, identificar a presença de alguém.⁶⁵

Os olhos, depois de um derradeiro vaguear, permaneceram imóveis, as órbitas fixas na direção de Alzira.⁶⁶

“Joguei-me sobre ele, numa última esperança”, a filha escreveu, anos depois. “Apenas um leve sorriso me deu a impressão de que ele me havia reconhecido.”⁶⁷